



SENADO FEDERAL

TEXTO FINAL REVISADO

pelo Núcleo de Redação Legislativa,
nos termos do Regulamento Administrativo do Senado Federal

PROJETO DE LEI Nº 2.954, DE 2023, da Senadora Ivete da Silveira

Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para dispor sobre capacitação e incluir competências dos entes federados e órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º
.....

VII – capacitação dos agentes públicos e das pessoas participantes de entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil.” (NR)

“Art. 5º
.....

XVIII – promover a capacitação e a certificação de agentes públicos participantes do Sinpdec e de pessoas participantes de

entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil.” (NR)

“Art. 6º

.....

XV – padronizar a doutrina de defesa civil em âmbito nacional e estabelecer o currículo mínimo para capacitação dos agentes públicos em defesa civil;

XVI – divulgar lista dos cargos estaduais de coordenação do Sinpdec ocupados por pessoas não devidamente certificadas na forma desta Lei.

.....

§ 3º O poder público estabelecerá a matriz curricular, a carga horária e os demais requisitos para certificar as capacitações em defesa civil.” (NR)

“Art. 7º

.....

IX – divulgar lista dos cargos municipais de coordenação do Sinpdec ocupados por pessoas não devidamente certificadas na forma desta Lei.

.....

§ 3º A coordenação das ações do Sinpdec no âmbito estadual será atribuída a agente público capacitado e certificado em defesa civil.” (NR)

“Art. 8º

.....

Parágrafo único. O agente político ou público nomeado para a coordenação das ações do Sinpdec no âmbito local deverá ser capacitado e certificado em defesa civil ou obter essa qualificação em até 3 (três) meses contados do início do exercício do cargo.” (NR)

“Art. 18.

.....

Parágrafo único. Os órgãos do Sinpdec adotarão, no âmbito de suas competências, as medidas pertinentes para assegurar a profissionalização e a qualificação:

I – em caráter permanente dos agentes públicos referidos nos incisos II e III;

II – em capacitações periódicas dos agentes referidos no inciso IV.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.